

REQUERIMIENTO N°

11/2016

CPI - Funai e Inara 2

RECEBIDO

Em 10 / 11 / 06, às 12 h 53

[Assinatura]

Wassinkira

7391

Ponto

- a. Receita federal do Brasil
- a. As declarações de imposto de renda da pessoa física
- b. Extratos, informações cadastrais da pessoa física, Cadin, ações fiscais, entradas e saídas e dados da conta corrente da pessoa física.
- c. Dados complementares e documentos de suporte probatório relativo ao período solicitado
- b. Banco Central do Brasil





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo a PF, no transcorrer da investigação descobriu-se uma verdadeira organização criminosa, com forte atuação na região de Lucas do Rio Verde (MT) e Itanhangá (MT), estruturada para cometer crimes de invasão de terras da União, contra o meio ambiente, falsidade documental, estelionato, corrupção ativa e passiva, cujas penas podem chegar a até 12 anos de reclusão.

Com o objetivo de se obter a reconcentração fundiária de terras da União destinadas à reforma agrária, fazendeiros, empresários e grupos do agronegócio fazem uso de sua influência e poder econômico para aliciar, coagir e ameaçar parceiros ambicionando seus lotes de 100 hectares, cada um avaliado em cerca de R\$ 1 milhão.

Conforme a Polícia Federal, os investigados usavam de "ações ardilosas, força física e até de armas" para comprar os lotes a baixo preço ou invadiam e esbulhavam a posse destas áreas.

Em seguida, com o auxílio de servidores corrompidos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), integrantes de entidades de classe, servidores de Câmaras de Vereadores e de Prefeituras Municipais buscavam regularizar a situação do lote.

Conforme a PF, para a manutenção do comércio ilegal e reconcentração de terras da reforma agrária, no decorrer dos últimos dez anos a organização criminosa fez uso de documentos falsos, ações de vistoria simuladas, termos de desistência fraudados e dados inverídicos incluídos no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/Incra), propiciando que grandes latifundiários, grupos de agronegócio e até empresas multinacionais ocupassem ilicitamente terras da União destinadas à reforma agrária.

O esquema era operado, em síntese, através de pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhangá (MT) e ao serviço social da Prefeitura Municipal de Itanhangá, que elaboravam listas com nomes de "laranjas" que, em nome de empresários e fazendeiros, falsificavam "cartas de desistência" e Declaração de Aptidão ao Incra.

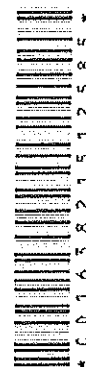
Em seguida, os servidores do Incra realizavam "vistoria fictícia" para comprovar a posse dos "laranjas", que após cadastrados no Sipra, eram homologados e imitados na posse. Entretanto, quando o documento do Incra era emitido, o fazendeiro já estava ocupando e produzindo nas parcelas reconcentradas.

De acordo com informações da PF, o esquema era muito lucrativo, tanto para os intermediários que atuavam nas negociações, quanto para os grupos do agronegócio que reconcentram as parcelas, usurpando áreas de topografia plana, o que as torna muito produtiva e valorizada após a mecanização.

Atualmente, estima-se que 80 fazendeiros estão reconcentrando ilegalmente cerca de mil lotes da União, sendo que o maior latifundiário reconcentra 55 lotes, e o menor 5 lotes, podendo tal fraude alcançar o montante de um bilhão de reais, em valores atualizados.

O sr. Jesus Valdomiro Selzein (Grupo Bom Jesus), comprou muitos lotes no projeto de assentamento, os quais foram desmantados ilegalmente, e colocados em nomes de parentes e terceiros. Tem influência no Incra/Diamantino, contatos políticos e poder na Organização Criminosa - é dono do Material de Construção Bom Jesus, de caminhões, tratores e diversas plantadeiras e colheitadeiras.

Possui cerca de 50 lotes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Tribunal de Contas da União no acórdão 775/2016 apontou indícios de diversas irregularidades no Programa de Reforma Agrária, entre estes indícios, pessoas que não se enquadrariam no perfil para serem assentados, empresários, pessoas com renda superior a 3 salários mínimos.

A Operação da Polícia Federal encontrou elementos desses apontados no Projeto de Assentamento Itanhangá, onde havia a participação de servidores públicos, assentados, sindicato dos trabalhadores rurais e empresários.

Esta CPI, seguindo as palavras do Deputado Alceu Moreira "quem não deve não teme. Qual é o problema de quebrar o sigilo bancário se está tudo direitinho? Por que não pode quebrar?" em reunião realizada no dia 25 de outubro de 2016, no Plenário 12 desta Casa, sendo necessária a requisição da transferência das informações acima solicitadas, poderá aplicar o mesmo critério a todos os pedidos com esta natureza.

Ainda nesta reunião, o Deputado Valdir Colatto, corajosamente diz "vamos mostrar ao Brasil, coisas que o Brasil não conhece do mundo rural", o que revela sua disposição em mostrar a sociedade brasileira, que os fazendeiros se armam para defender suas terras contra os povos indígenas. Esperamos que a sociedade brasileira avalie se esta atitude é benéfica para a imagem do país e como forma de solucionar conflitos fundiários, que se estendem por décadas em várias regiões do país.

A transferência do sigilo bancário e fiscal do sr. Jesus Valdomiro Selzlein, irá contribuir nestas investigações para identificar se houve a favorecimento dessas pessoas na regularização do referido lote de reforma agrária.

Sala da Comissão, em 09 de novembro 2016.


Dep. Nilto Tatto

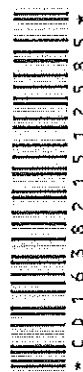
PT - SP

Dep. Erika Kokay

PT - DF

Dep. Valmir Assunção

PT - BA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dep. Patrus Ananias

PT - MG

Dep. Paulão

PT - AL

Dep. Marcon

PT - RS



2